

## VALE e caminhos do sistema de prevenção de desastres no Brasil

**Ildeberto Muniz de Almeida**

[Faculdade de Medicina de Botucatu UNESP]

Com a ruptura da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), a VALE assumiu o posto de campeã de acidentes de trabalho no Brasil. Três anos depois do maior desastre ambiental que ajudou a provocar em Mariana. Desastres recentes mostram o esgotamento do modelo de prevenção de acidentes ampliados no país.

Gritam que algo precisa ser feito e com urgência. Este texto aponta alguns aspectos a serem considerados em agendas de pesquisa e de adequações institucionais para fazer face a esses problemas. A exemplo do que aconteceu em Santa Maria (RS), o Ministério da Saúde anunciou que trabalhadores envolvidos em buscas, resgate, apoio e identificação de vítimas serão acompanhados nos próximos 20 anos com busca ativa de efeitos de saúde de instalação imediata ou tardia, de curta ou longa duração. Atenção especial deve ser dada aos problemas psíquicos incluindo o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), mas nesse caso ainda é necessário identificar a composição dos rejeitos de modo a melhor direcionar o trabalho. Depois de Mariana e Brumadinho e considerando o número de barragens que ameaçam a população do estado é de se questionar por que não abranger toda a população mineira em estudos assemelhados. Vale lembrar que, nos Estados Unidos, depois do 11 de setembro a ocorrência de TEPT foi pesquisada na população do país. Estudos de busca ativa de outros efeitos do desastre precisarão explorar aspectos ambientais, de patrimônio histórico e cultural, na vida social e econômica da região, entre outros. Aspecto crucial a ser explorado neste caso é o do elevado número de vítimas que a boa gestão de segurança deveria evitar.

Em Alcântara, na explosão da plataforma de lançamento do foguete que lançaria o satélite (VLS-V03) o mesmo fato chamou a atenção. Lá, trabalhos que segundo o projeto deveriam ter sido separados no tempo estavam sendo realizados simultaneamente. Houve atraso em algumas atividades e o projeto foi desrespeitado. O relatório de análise divulgado registrou a decisão sem detalhar como foi tomada. Sabe-se que a forma como o sistema lidou com o atraso desrespeitou recomendações de prevenção.

O relatório não informa a dinâmica da tomada de decisão e nem outros fatores que a influenciaram.

No caso de Brumadinho sabe-se que a localização da área administrativa e do refeitório a jusante da barragem foi determinante para o número de mortes.

Os prédios já estavam naquela localização quando a Vale adquiriu a Mina e foram deixados lá mesmo depois da destruição do distrito de Bento Rodrigues, quilômetros a jusante da barragem do Fundão, em Mariana, 3 anos antes.

A VALE tem em seus quadros profissionais grandes especialistas em segurança de barragens e certamente acompanha estudos de rupturas ocorridas no mundo e no Brasil. Análises agora precisam trazer a público como a empresa discutiu e decidiu deixar intocada essa armadilha. Houve elementos de cálculo cínico sugerindo menor custo com o desastre? Houve decisão pura e simples de assumir o risco acreditando nos cálculos de estabilidade e de monitoramento da barragem a despeito dos atrasos verificados no atendimento de recomendações de adequações indicadas pelos contratados?

A análise precisa esclarecer como se deu a construção social dos atrasos.

Quem recebeu, analisou e “segurou” os relatórios?

Como foram tomadas as decisões?

Que fatores as influenciaram?

Quais os critérios que embasavam essas decisões?

Havia cuidados adotados com base em estudos de desastres anteriores? Era considerada a possibilidade de decisões que ultrapassassem ou aproximassem perigosamente o ponto de não retorno na escalada para a ruptura da barragem?

Os ensinamentos da apropriação de conceitos como *normalização de desvios* (Vaughan), ou *migração do sistema para acidentes* (Rasmussen) eram levados em consideração?

Seguir esse caminho de análise exige livre acesso a documentos e a pessoas. Exige tempo e poder que equipes de análises atuais não têm. Exige outro modelo de análise e prevenção que aborde desastres como eventos sociotécnicos com história que só pode ser recontada como construção coletiva, em ambiente de cooperação de pessoal de todos os níveis hierárquicos do sistema. Só assim será possível explorar outra dimensão do desastre da VALE em Brumadinho. Aquela das influências das estratégias de gestão voltadas à rentabilização financeira, corte de custos operacionais, aumento da terceirização, redução de efetivos próprios, diminuição da regulação estatal e burocratização dos serviços de segurança adotadas para fazer face aos desafios da competição em ambiente de globalização já apontado como pavimentador do caminho para outros desastres, como os da British Petroleum, nos Estados Unidos.

No Brasil, de 2014 a 2017, mesmo depois do desastre em Mariana, a VALE reduziu pela metade investimentos de manutenção de operações e os gastos em “pilhas e barragens de rejeitos” e em “saúde e segurança”.

A análise precisa verificar se essas decisões tiveram repercussões na barragem do Feijão e mediações envolvidas. ■■■

OBS. Proximamente, tratarei nesta coluna dos conceitos de Vaughan e Rasmussen.

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*